

A CIDADE COLONIZADA E OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS NA POPULAÇÃO NEGRA E INDÍGENA

THE COLONIZED CITY AND THE IMPACTS OF THE NEW CORONAVIRUS PANDEMIC ON THE BLACK AND INDIGENOUS POPULATION

Andrisson Ferreira da Silva¹, Sulamita Rosa da Silva², Cláudia Marques de Oliveira²

1. Universidade Federal do Acre (Ufac)/Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi/Ufac)

2. Mulherações - Rede de Formações para Negras, Afroindígenas e Indígenas do Acre/Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi/Ufac)

* Autor correspondente: e-mail andrisson.silva@sou.ufac.br

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar os impactos da pandemia do novo coronavírus, que expôs a sociedade em suas velhas práticas de exclusão, tendo como alvo principal a vida da população negra e indígena. Como procedimento teórico-metodológico será feito levantamento de reflexões a partir da obra de Fanon, podendo entrever como a máquina estatal funciona contra os condenados da terra, Foucault tratando sobre a biopolítica e Mbembe acerca da necropolítica. Os resultados permitem a compreensão de como o sistema estatal é colonizador e patriarcal, condenando o corpo inferiorizado – as minorias políticas atingidas pela regulação da vida e da morte, do acesso e do não acesso. Assim, a partir desse contexto pandêmico é possível a percepção de que a biopolítica, a necropolítica, o darwinismo social e a eugenia ganharam ainda mais força pela alastração do SARS-CoV-2 nas cidades colonizadas.

Palavras-chave: Racismo. Novo Coronavírus. População Negra e Indígena.

ABSTRACT

This work aims to analyze the impacts of the pandemic of the new coronavirus, that exposed society in its old practices of exclusion, having as main target the life of the black and indigenous population. As a theoretical-methodological procedure, a reflection survey will be made based on the work of Fanon, which can enter how a state machine works against the condemned of the land, Foucault dealing with biopolitics and Mbembe about the necropolitics. The results allow an understanding of how the state system is colonizing and patriarchal, condemning the inferiorized population - as minor policies affected by the regulation of life and death, access and non-access. Then, from this pandemic context it is possible to perceive that the biopolitics, necropolitics, social darwinism and eugenics gained even more strength by the spread of SARS-CoV-2 in colonized cities.

Keywords: Racism. New Coronavirus. Black and Indigenous Population.

1. INTRODUÇÃO

No presente século XXI o sistema-mundo capitalista passa por uma ressonância – desta radiologia não escapam os diversos setores sociais e as nuances passam a ser visualizadas. O planeta, o paciente, tem exposto suas enfermidades, descasos, desprezos, imperfeições e crises. A “máquina radiográfica” recente e responsável pela análise não é produzida por mãos humanas, mas por um vírus que, sem estudar relações político-sociais, talvez, seja o organismo acelular mais “democrático” deste cenário atual. É explicitador tenaz da luta de classes estruturada pelo racismo na qual o globo está inserido. Contaminando ricos e pobres não tem preferências por continente, se prolifera desde a Ásia às Américas, hospedando-

se em corpos amarelos, brancos, negros, – dando fim, em grande maioria, aos corpos mais colonizados.

A baliza cronológica em questão, porquanto, tem seu marco inicial a partir de dezembro de 2019. A pandemia surgida através do novo coronavírus (SARS-CoV-2), no Continente Asiático, na Província de Wuhan, na China, culminou na doença Covid-19. Sendo assim, se faz necessária a percepção da influência do cerne do racismo científico na manutenção das bases da pirâmide social em que estamos instaurados – fundamentada nos parâmetros da biopolítica e necropolítica, também nos engendramentos do darwinismo social e da eugenia. Estes são conceitos vorazmente sistematizados e articulados à prática, aplicados descaradamente no cenário atual, em uma tenaz intersecção dos séculos anteriores de estruturação do racismo com o tempo presente.

Partindo então desses pressupostos, não se busca o estudo da enfermidade Covid-19 em sua gênese patológica, mas sim de como a pandemia viral foi capaz de elucidar o adoecimento ético e moral em que o planeta está submerso, portanto a problemática é histórico-social. O racismo, nesse sentido, “aperfeiçoado” entre séculos e explicitado a nível planetário contra negros e indígenas, é assunto emergente através de sua visualização possível no cenário pandêmico. Será trilhado aqui o caminho de uma análise de doenças que não são físicas, mas socioculturais, absorvidas pelo subconsciente da raça humana no decorrer de séculos de aperfeiçoamento de discriminações cada vez mais estruturais.

Nessa perspectiva, a pandemia implica como uma ferramenta capaz de elucidar as mazelas de um mundo colonizado epistemologicamente, fronteirizado e compartimentalizado hierarquicamente em classes. É pertinente nessa sequência abordar os consagrados estudos do psiquiatra e filósofo Frantz Fanon [1], partindo do olhar voltado para os “condenados da terra” e perceber que o novo coronavírus é capaz de nudificar o corpo do sistema neoliberal vigente. Este é predominantemente suscitador de ataques e desmontes dos sistemas públicos, garantidores de direitos básicos de saúde e educação. Mediante a isso, as populações latino americanas, em sua maioria negra e indígena, foram e são o principal alvo de um sistema colonizador, patriarcal e desumanizador.

O filósofo Achille Mbembe [2] descreveu: o “Estado pode, por si mesmo, se transformar em uma máquina de guerra” (p. 54). Assim, os índices de mortes elevados não são meros acasos nas “cidades colonizadas”¹, que sofrem desde a colônia aos impérios com as

¹ Aqui utilizamos o termo cunhado por Frantz Fanon, “cidade colonizada”, para nos referirmos ao Brasil, que teve no início já na segunda quinzena de julho de 2020, 70 mil mortes causadas pela Covid-19. Usamos o plural para demarcar que há outros países em semelhança, a exemplo da Bolívia, Equador, Colômbia – países da América

demandas da colonização. Nesse viés, quanto aos procedimentos metodológicos, será realizado um estudo bibliográfico pautado em Foucault [3] acerca da biopolítica, Fanon [1] sobre a “cidade colonizada”, em sua obra “Os condenados da terra”, e Achille Mbembe [2] com a “Necropolítica”, conceitos essenciais para entender os engendramentos políticos e sociais do presente momento.

2. DO RACISMO CIENTÍFICO AOS ENGENDRAMENTOS DA PANDEMIA

O racismo científico foi e é uma ferramenta estruturante que gera subalternizações em suas mais diversas formas e práticas modernas de exclusão e de invisibilidades. Teorias e métodos foram sistematizados na busca de justificar e estabelecer uma supremacia racial, que serviu como fundamentação para justificar concepções desumanizadas nas implementações de regimes escravocratas nos sistemas de prevaletentes colonialismos. Nesse sentido, para tratar sobre o maior alvo da necropolítica e da biopolítica, é necessário a compreensão de fatores históricos que implicam no cenário atual, e, por sua vez, não são casuísticos, mas fruto das decorrências dessa pseudociência.

O antropólogo Kabengele Munanga [4] ao explicitar sobre o racismo científico, permitiu a compreensão da classificação racial humana criada no decorrer do século XVIII, na qual foram construídas características estereotipadas, direcionadas aos europeus, americanos, asiáticos e africanos. Os europeus brancos eram vistos como, musculosos e engenhosos; os americanos amantes da liberdade; os africanos preguiçosos e negligentes; e os asiáticos amarelos e melancólicos – sendo estes últimos ainda governados pelas opiniões de outrem e por preconceitos.

Partindo desse pressuposto, o fator étnico refletiria amplamente nos moldes organizacionais que estruturaram a sociedade, predominando a estereotipação da identidade do outro-diferente. O fator de implicação negativa de inferiorização étnica imposta pelo homem branco ocidental aos distintos de si abarcou, de forma sagaz, em séculos anteriores, o continente dos negros — estes nunca foram tão negros desde a chegada do homem branco, de acordo com Fanon [1] —, pois para a seguridade do sistema colonial, a exploração e dizimação necessitavam de justificativas alienantes para tamanhas atrocidades.

Latina que sofrem com as feridas deixadas pelo sistema colonialista europeu e que hoje também se encontram assolados pela pandemia.

Destarte, foi o racismo, corroborado pela ciência branca hegemônica e europeia, a pedra angular da construção desta justificação ainda tão recorrente, onde no decorrer dos séculos propiciou a objetificação e transporte ultramarino do corpo negro como mercadoria, levando-os forçadamente de seu lar, e colocou-os na significação dos mais próximos da espécie animal do que da humana. A maior “*Fake News*” da história da humanidade.

Desta forma, foi disseminada e fortalecida a ideia de existência de grupos de pessoas categorizadas “superiores” e “inferiores”. A motivação central, não divulgada, mas muito difundida entre os europeus, foram os interesses econômicos voltados ao acúmulo de riquezas individuais: o capitalismo. Os fatores fenotípicos, linguísticos e econômicos tornaram-se condicionantes para afirmação da burguesia e subalternização das classes baixas, principalmente na segunda metade do século XIX, que ascendia em interesses econômicos no ocidente europeu [5].

Anteriormente, no século XVI, através deste crescimento de bases economicamente semelhantes no acúmulo de capital, as movimentações ultramarinas tiveram aumentos significativos. O ocidente encontrou nas Américas, para infelicidade dos povos originários, futuros corpos objetificados para o trabalho escravo. O chão de terra habitado da forma nativa e original da espécie humana, que concebia e recebeu esse outro diferente como igual, merecedor de consideração e respeito, passaria em pouco tempo a absorver o sangue de anatomias dilaceradas por armas e desumanizações do tal diferente homem branco. É desta forma que se iniciam os resultados da implantação do sistema colonial, grande condenador das terras do Novo Mundo, que desde então não é o mesmo, nelas crescem, dia após dia, o fosso de injustiças e desigualdades sem medidas.

As várias faces do racismo, assim, foram moldadas em diferentes esferas, onde a religião e a ciência foram usadas brutalmente, manipulando e alienando. Nesses palcos de disputas e de busca pelo domínio sobre a ciência não havia, ou não se permitia, espaço para soluções que pudessem alcançar, quiçá diminuir ou cessar as propagações das teorias científicas racistas nos solos colonizados.

Ademais, aqueles que estão aquém dos supostos padrões da superioridade branca narcísica, foram e ainda são alvos de preconceitos e discriminações raciais. Estes prelúdios são necessários para o entendimento de que essas subdivisões históricas dentro de uma só raça – a humana – devem ser refutadas. Assim fez a comunidade científica em 1948 através da “Declaração das Raças”, reconhecendo cientificamente somente uma única raça humana, onde

os fatores de diferenças fenotípicas e culturais devem ser assentidos dentro do conceito de “etnia” [6].

Apesar dos reconhecimentos e avanços no combate ao racismo, o mundo não foi capaz, ainda, de romper com este passado suscitador de divisões e alienações epistemológicas, onde fronteiras de exclusões cada vez mais são realçadas e até fortalecidas nos recantos da colonialidade. Estas fronteiras levantadas pelo homem branco para elucidar a diferença entre “civilizado” e “selvagem” não são somente do ponto de vista geográfico e econômico, mas cultural, social, e objetivam a manutenção dos corpos dentro do sistema capitalista [7].

Essas nuances estabelecidas são necessárias para o entendimento de que os mais injustiçados são os que menos têm e, ainda hoje, são os mais saqueados e aliciados. Os negros e indígenas carregam consigo uma repleta carga de desamparo nas diversas esferas sociais. Um reflexo cruel do racismo científico, das políticas eugênicas e higienistas impetradas no Brasil. Estas teorias foram refutadas pela comunidade científica, que fugiu de um pseudocientificismo, outrora espaço de autoafirmação de homens supostamente “mais aptos” para dominarem e não serem dominados, os sujeitos buscadores de sua intacta permanência no poder.

É nesse contexto pandêmico que a tonificação dos reflexos e consequências do racismo científico se mostram cada vez mais sucessivas. Esse trajeto seguido até aqui possibilita entrever: o racismo está amplamente instaurado na sociedade a nível planetário, mas principalmente na América Latina, desde a morte da população negra e indígena, no desamparo do Estado, no discurso da extrema-direita brasileira aos devotos dessa política reacionária, sangrenta, injusta e desigual.

3. A BIOPOLÍTICA E O NECROPODER EM EXECUÇÃO NA PANDEMIA

O período pandêmico transpareceu uma sociedade patriarcal com alto poderio de regulação da vida e da morte. Quando visualizada a biopolítica, se faz necessário compreender o Estado como o regulador central-oficial da vida. Posto isso, quando entrevista a atual república – que se diz democrática –, esta é a cooptora magna de amputações, especialmente quando lhe acende governos autoritários. Em um sentido abrupto, é amputada do corpo estatal, neste caso de seus “vassalos”, direitos conquistados no decorrer de uma história marcada pela colonização. Amputa-se o direito à fala, sepulta-se a vida, no compêndio de um genocídio desencadeado aos subalternizados pela colonialidade.

O cenário crítico em questão revela que os governantes do executivo, do Estado brasileiro, são incapazes de governar mediante à crise sanitária. A conjuntura atual reverbera uma extrema-direita na qual flerta com o fascismo, regula a vida, exerce a biopolítica e fomenta o “racismo de Estado”. Vale frisar que em “O sujeito e o poder”, Foucault [8] analisa o surgimento do estado no século XVI, atestando seu desenvolvimento de modo contínuo. Quanto a sua estrutura, seu funcionamento está sempre em torno de um poder político que ignora indivíduos, e seus interesses estão apenas em torno de uma classe ou grupo.

O mesmo autor destacou também sobre “O nascimento da biopolítica”, fazendo análise sobre essa razão governamental, onde há uma sobreposição ao amparo do Estado a seus súditos nos modelos organizacionais baseados na soberania do rei – uma ação direta que se concretizava sobre as coisas e sobre as pessoas. Nessa nova razão governamental há um ponto de deslocamento entre a antiga e a nova razão de estado. Então, a razão de estado mínimo coincide em um governo que não precisa intervir de acordo com Foucault [3] (np): “já não age diretamente sobre as coisas e sobre as pessoas, só pode agir, só está legitimado, fundado em direito e em razão para intervir na medida em que o interesse, os interesses”, ou seja, interesses dirigidos na particularidade de grupos minoritários, as elites.

Concernente a isso, no Brasil, a pandemia tem sido palco para disputas ideológicas, onde numa onda de crise sanitária e política, não há contemplação das questões que envolvem a saúde dos povos negros e indígenas de forma efetiva. Nesse sentido, não é contemplada a demografia periférica em geral dos povos inferiorizados. São os “condenados”, bem como destacou Fanon [1] em sua obra “Os condenados da Terra”, adjetivando os atingidos pelo processo de repressão colonial. Estes, em sua zona provida de desconforto, em suas cidades colonizadas, sofrem o mais completo aparato da biopolítica do Estado, estando ausentes do centro dos planos e das políticas públicas de assistência, contudo, estarão presentes como maioria nos crescentes índices de óbitos.

Nesse íterim de sanitarismo decadente e espoliação de instituições públicas, como o Sistema Único de Saúde (SUS), o Brasil está a passos largos de ser uma democracia racial, pois um racismo difuso é muito presente no meio social. Ainda mais, assegura [9], o sistema capitalista em períodos de crise fomenta a produção e reprodução do fascismo, racismo, golpes de estado e ditaduras militares. Há a presença de uma raiz sistêmica, onde a alternativa deve ser radical, antissistêmica.

Essa longitude de uma democracia racial e aproximação de regimes totalitários no plano político tornaram-se ainda mais latentes quando os índices de contaminação e óbito se

tomaram muito maiores. Desde o primeiro caso positivo de Covid-19 no Brasil, alarmado em mídia nacional, a ultrapassagem de índices de infectados em relação aos epicentros chinês e europeu se deu de forma veloz, não por acaso, o maior país da América Latina banalizou através da maioria de seus agentes do executivo a gravidade em potencial do novo vírus, banalizando e refutando a gravidade da disseminação alertada pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

A biopolítica, nesse quesito, não é mera eventualidade, é justamente a descrição de Foucault [3] – um Estado mínimo intervindo a partir de seus interesses. Faz parte de uma estratégia política, de um confronto ao científico por meio de achismos, que traz como pano de fundo o extermínio da população negra, indígena e pobre, na mesma perspectiva eugênica constante nas políticas públicas de branqueamento da população brasileira do início do século XX.

Com o crescente índice de óbito no Brasil, somando mais de cinco mil mortes já em abril, e ultrapassando os 80 mil em julho, os responsáveis pela manutenção da vida de mais de duzentos milhões de habitantes, em sua maioria negra, confirmam a agenda biopolítica, agem em prol dos interesses do sistema neoliberal, defendem a abertura do comércio e investem em campanhas que conversam com novas formas contemporâneas de matar: “O Brasil não pode parar”².

Nesta saga de oposição ao isolamento social e de boicote aos esforços de governadores dos estados brasileiros, em maio, os exerceiros da biopolítica dialogaram para reabertura do comércio, minimizando a gravidade da situação pandêmica, tendo como base a permanência da mais completa desumanidade em prol de uma ideologia que muito se assemelha à fascista. Especialmente quando, oficialmente, diz que os povos indígenas não precisam da garantia de

² O escritor Deivison Faustino retratou em julho de 2020 sobre esta campanha federal quando o Brasil chegava ao índice assombroso de 70 mil mortes, divulgada mesmo quando o Ministério da Saúde reconheceu em 62% a possibilidade de negros morrerem na cidade de São Paulo; campanha publicitária com a aparição de vários negros, outrora sempre excluídos das campanhas publicitária, agora enfatizados em serviços diversos, convidados para arriscarem suas vidas em prol da economia. Possível encontrar matéria em:

FAUSTINO, Deivison M.. Os condenados pela Covid-19: uma análise fanoniana das expressões coloniais do genocídio negro no Brasil contemporâneo. **Buala**. jul. de 2020. Disponível em: https://www.buala.org/pt/cidade/os-condenados-pela-covid-19-uma-analise-fanoniana-das-expressoes-coloniais-do-genocidio-negro?fbclid=IwAR1ND0UwpoU_u1Pj3niy26ul6STWr27bfrg6T6k3GUYGQZZYxHSA5f1QewY. Acesso em: 13 de jul. 2020.

acesso à água, ao álcool em gel e à máscaras, sem estabelecer nenhuma forma de diálogo com os mesmos³.

Mbembe [2] é preciso em sua explicitação do conceito “biopoder” em sua obra “Necropolítica”. Este, por sua vez, enfatiza a incapacidade da biopolítica em abranger as múltiplas formas contemporâneas da vida submetida à morte. Mesmo assim, esta não é inválida, mas se intersecciona à necropolítica para o ataque às minorias políticas.

Outrossim, nesta pandemia, a contemporaneidade com suas novas formas de execução pode ser sistematizada e refletida. O autor [2] destacou acerca do “homem bomba”, retratando-o como o candidato ao mártir, que transforma seu corpo em máscara e esconde uma arma, a qual logo será detonada. Mas, quais seriam essas armas quando não está sendo enfatizado sobre armas de fogo? Qual a coligação da pandemia com o conceito de necropolítica?

Siga o raciocínio. Nesse campo de batalha onde o risco prevalecente é para os negros e indígenas, vale destacar, os corpos se tornaram as armas, os homens aos quais deveriam de forma conjunta combater o oponente à espreita, o coronavírus, aliam-se a ele, não confiando em sua força, mas subestimando sua capacidade letal e ignorando os vulneráveis. Os sujeitos divagantes que saíram às ruas, em abril, em prol da abertura do comércio, na infração do inicialmente aconselhado isolamento social, além de manifestarem interesses particulares na defesa de um “senso comum” de o vírus ser uma “simples gripe”, amparados em arrogância não se fazem mártires – porque o sentido carrega um ato heroico. Estes se tornam os novos “homens bombas”, exercem de forma fiel o necropoder na disseminação do vírus, utilizando seus próprios corpos como armas, ou como forma de instigar que os outros se exponham ao vírus.⁴

O fato de os novos “homens bombas” terem ido às ruas no início do isolamento social defendido pela OMS, incide na compreensão de que estes, amparando-se nos discursos carregados de interesses estatais de um governo pouco representativo, defendem ferrenhamente uma “falsa pandemia” e a reabertura do comércio, ignorando os números de óbitos alarmantemente crescentes no Brasil. Como armas, carregaram então consigo, uma munição

³ Para isso verificar a matéria intitulada: OLIVEIRA, Joana. Bolsonaro veta obrigação do Governo de garantir acesso à água potável e leitos a indígenas na pandemia. **El País**, São Paulo, jul. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-08/bolsonaro-veta-obrigacao-do-governo-de-garantir-acesso-a-agua-potavel-e-leitos-a-indigenas-na-pandemia.html>. Acesso em: 11 de ago. 2020.

⁴ Importante verificar matéria publicada na página UOL. A mesma expõe as infrações contra o isolamento social do terceiro mês em que o Brasil já enfrentava a Covid-19: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/carreatas-pelo-pais-pedem-fim-do-isolamento-apos-206-novas-mortes-por-coronavirus.shtml>.

não vista a olho nu, que não é instantânea em seus efeitos, mas tem longo alcance, o coronavírus e a enfermidade Covid-19, que deram notoriedade para a defesa do discurso darwinista social de “sobrevivência dos mais aptos”.

As armas-humanas, nesse sentido, são virais e mortíferas, disseminando vírus no que Mbembe [2] descreveu como “espaços da vida cotidiana”. A arma na forma de corpo é visível, mas não é uma arma qualquer, é uma arma conhecida, dissimulada, sem perigo aparente. O corpo humano, da rotina costumeira, não pode apresentar seu potencial perigo, é perfeitamente camuflado pela sua naturalidade. O corpo-arma dos novos “homens bombas” são organismos hospedeiros, ocultam-se com a indetecção de seu perigo e camuflam-se sob um discurso ideológico e alienante. É uma propagação por corpos-armas, cujo manifestante exerce o necropoder, no exercício de uma cidadania vazia, tola, que interfere em direitos alheios na defesa da reabertura do comércio.

Os futuros corpos, contaminados por conta da disseminação dos corpos-armas, são sofrendores de um necropoder, explicitado no que se refere à pandemia do coronavírus por meio da biopolítica desempenhada pelo Estado. Estaria então assim, o darwinismo social se tornando uma prática nesse processo? A “sobrevivência dos mais aptos”; “seleção do mais forte” e “competição” recebem ênfase nesta contemporânea pandemia.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O DARWINISMO SOCIAL E A EUGENIA NA “CIDADE COLONIZADA”

A obra do biólogo Charles Darwin, “A Origem das Espécies”, publicada na Inglaterra, em 1859, chamou a atenção dos estudiosos de sua época justamente por seu caráter de defesa da “evolução das espécies” e da “sobrevivência dos mais aptos”. Uma produção descritiva acerca do reino animal e vegetal e que ia de encontro opositivo ao criacionismo apregoadado pela Igreja Católica no decorrer dos séculos de sua existência – tese criacionista que perdura até os dias atuais.

Sua produção então, tornou-se aporte para teóricos, dentre eles biólogos e antropólogos, para cunharem sobre “sobrevivência dos mais aptos” em análises a nível social humano. Dos conceitos utilizados por Charles Darwin alguns desviaram de sua preposição original para análise do comportamento humano, dos quais estão dentre eles a “competição” e “seleção do mais forte”, empregados para o fortalecimento das diferenças econômicas e sociais [10].

Nesse prisma, de olhar sobre a ótica do darwinismo social, Hebert Spencer, biólogo e antropólogo, não poupou sua admiração para com a nova publicação do século XIX. Apropriou-se dos estudos do contemporâneo Charles Darwin para justificar as mazelas sociais, registrando que o destino dos pobres estava traçado pelas suas incapacidades. A justificação era: “estava na natureza das coisas”, onde só os melhores adaptados tinham a possibilidade de sobrevivência e prosperidade, seu próprio sucesso já confirmava suas aptidões. Além disso, a inferioridade “natural” era essencial e positiva para a sociedade, era lícita a morte dos que não se enquadrassem no “padrão comum” [11].

Diwan [12] possibilita vislumbrar sobre isso:

O darwinismo social vai se apropriar dessas ideias para legitimar seus desejos de controle ideológico. Baseados na luta pela vida, na concorrência e na seleção, os caminhos para solucionar os problemas sociais deveriam visar, acima de tudo, ao triunfo do indivíduo superior e inclusive ecoará nas teorias econômicas, dentre elas o neoliberalismo (p. 31).

O fato é que as ramificações dessa teoria estão enraizadas nas veias da sociedade capitalista e seu modelo econômico neoliberal. Nesse viés, “a força da ideologia neoliberal se apoia em uma espécie de neodarwinismo social” [13] (p. 36). O darwinismo social, moldado no final do século XVIII e no início do século XIX a partir de teorias científicas, passa a ser fortalecido no mundo contemporâneo, na manutenção da assistência aos menos aptos. As teorias discriminatórias e segregadoras sempre foram “namoradas” e muito bem aceitas pela elite burguesa. Além do mais, nos tempos presentes continuam sendo, podendo ser identificadas nas ações do Estado, sobretudo, o brasileiro, que falha de forma eficaz na assistência aos atingidos pelo novo coronavírus – em sua maioria a população negra e a indígena, com seus déficits históricos de políticas sanitárias assistenciais.

Em oposição às teorias sociais-darwinistas, Jacques Navicow (1910), escreveu em sua obra “A crítica ao darwinismo social” que as teorias evolucionistas serviram como “motor” para a luta de classes – uma guerra contínua de todos contra todos [12]. Paralelo a isso, Davis [14] valida: “o surto expôs a divisão de classes”, uma crise desigual provocada por um novo monstro. Uma luta de classe enaltecida em meio à pandemia, emancipada, mais visível.

Partindo então do olhar da identificação do darwinismo social, Santos [15] elucida sobre os corpos racializados e sexualizados, estes são os mais vulneráveis perante a pandemia. Vulnerabilizados pelas condições de vida calamitosa imposta pela discriminação racial. Ainda, nas situações emergenciais, as políticas de prevenção distanciam-se de uma aplicação universal, sendo seletivas intencionalmente, adeptas do darwinismo social propõem-se garantir a

sobrevivência dos corpos socialmente mais valorizados, os mais aptos e os mais necessários para a economia.

Preponderante a isso, o racismo sendo estrutural na sociedade brasileira tem atuação implícita em instituições. A aplicação universal assegurada pelas diretrizes do SUS não infere uma realidade de equidade no sistema público. A partir do Ipea [16] pode-se analisar dados reveladores de o quanto o Brasil é um país desigual em seus condicionantes de bem-estar social, e o quanto há uma diferença exacerbada social e economicamente, entre negros e brancos. Costa [17] bem destacou, do norte ao sul do país a população negra sofre uma desvantagem considerável quando se trata de acesso ao SUS, mesmo sendo esta a maior clientela desta estrutura – 70% de seu total.

Apesar disso, vale destacar, a população negra como a maior clientela do SUS, não compõe os maiores índices de renda econômica no Brasil. No país, os brancos recebem 45% a mais em suas horas de serviço, e, os negros, quando compõem os serviços, ocupam o labor doméstico, de construção e agropecuário – serviços secundários e massivos que os resguardam majoritariamente de sua autonomia e ascendência financeira [18].

Estas desvantagens socioeconômicas garantem a estas minorias políticas, como único acesso à assistência sanitária, apenas os organismos públicos e, desta forma, sem acesso aos sistemas privados de saúde. Todavia, não significa o gozo de acessibilidade de qualidade e equidade, pois o racismo institucional é um dos condicionantes negativos que influem no atendimento da população negra, bem como possível entrever na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), corroborando a isso o próprio Ministério da Saúde reconhece essa disparidade [19].

Além disto, não se pode eximir também, o fato de que por incidência do racismo, grande parte da população negra desenvolveu exatamente as comorbidades de maior risco à Covid-19 como a diabetes, sobrepeso e obesidade, hipertensão arterial, problemas de coração, sistema nervoso central fragilizado, e doenças psicoemocionais [20].

O darwinismo social, mediante a esses pressupostos, faz-se muito presente, sendo possível entrever seus pilares estabelecidos na luta de classes fortalecida na pandemia, na seleção natural dos mais aptos, na asseguarção da ordem “natural” do sistema-mundo. Um mundo resultado de séculos de colonização, onde já no mês de abril, o número de óbitos prevalece majoritariamente na população negra: 1 a cada 3 negros morreu de Covid-19, se comparado aos brancos, o índice é de 1 a cada 4,4, prevalecendo o número de morte de negros

não escolarizados, estes têm 4 vezes mais chances de morrer, representando 80,35% contra 19,65%, equivalendo à uma taxa de óbito 37% maior quando comparado aos brancos [21].

Nesse ínterim, o veto de 8.6 bilhões de reais para saúde pública pelo atual chefe do executivo, Jair Messias Bolsonaro, mediante à uma pandemia, caracteriza-se como puro darwinismo social, pois a maior clientela do SUS está sofrendo a bruta influência da defesa ideológica de “sobrevivência dos mais aptos” por intermédio da inassistência⁵. Nesse sentido, o veto ao repasse orçamentário bilionário para combate à Covid-19 se configura na manutenção da vida através da morte, biopolítica e necropolítica se interseccionam em um só ato de restrição de enfermos à sobrevivência.

Focault [8] corrobora,

O exercício do poder pode perfeitamente suscitar tanta aceitação quanto se queira: pode acumular as mortes e abrigar-se sob todas as ameaças inimagináveis. Ele não é em si mesmo uma violência que poderia, às vezes se esconder, ou um consentimento que, implicitamente, se reconduziria. É um conjunto de ações sobre ações possíveis: ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente; mas é sempre um modo de agir entre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (p. 14).

Mediante a isso, o exercício do poder é peça central para os engendramentos do darwinismo social. Este se configura oposição às políticas de assistência e manutenção social. Uma de suas características é o individualismo e o desamparo estatal no não funcionamento das políticas públicas para a população negra – estes são os mais vulneráveis a morrerem pela Covid-19 no tocante à ausência do dever público com a saúde da população negra e indígena. Há um estado em pleno exercício do poder em prol de políticas de exclusão, ações sobre ações, que fazem cada vez mais aumentar o acúmulo de mortes.

Nesse acirramento, os indígenas também são alvo desse sistema neoliberal de inassistência. Em condições rotineiras de saúde suas especificidades não são respeitadas, seus sofrimentos são maiores por conta de suas diferenças culturais, pois o Estado da “cidade colonizada” não os respeita em suas totalidades, tanto linguísticas, sociais e territoriais. A saúde indígena tem sido posta em escanteio e em expansão no campo da exclusão, pressuposto de um darwinismo social avassalador e não muito distante de um regime colonial e suas chacinas. O escritor e líder indígena Krenak [22] bem escreveu: “Esse vírus está discriminando a

⁵ Verificar informação no noticiário em: PUPPO, Fábio; RESENDE, Thiago. Bolsonaro veta repasse de R\$ 8,6 bi para estados e municípios combaterem coronavírus. **Folha de S. Paulo**, Brasília, jun. de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/bolsonaro-veta-repasse-de-r-86-bi-para-estados-e-municipios-combaterem-coronavirus.shtml>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

humanidade [...] Quem está em pânico são os povos humanos e seu mundo artificial, seu modo de funcionamento que entrou em crise” [p. 05].

Não há somente uma crise sanitária, mas, política, de humanidade, de empatia, de assistencialismo e os maiores afetados são os “condenados da terra”. As periferias bem refletem a permanência dos paradigmas coloniais, nesses locais ser negro e indígena é ter a garantia do menosprezo. São os lugares onde o vírus chegou depois, uma vez que, vindo da Europa teve como porta de entrada no Brasil a classe média⁶, porém sua primeira vítima fatal foi uma mulher negra, que nomeiam empossadamente “empregada doméstica”. Agora os “novos condenados da terra” passam a ser o epicentro, com enfermos e precariedades, vivem na incerteza do viver colonizado.

Frantz Fanon [1], conceituado nos estudos acerca do colonialismo, desenhou a “cidade colonizada”. Nesses traços, sua composição é intercalada como lugar de má fama e homens mal afamados. Nesse sistema-mundo, a importância não tem espaço, a morte de um colonizado não importa, tampouco os fatores que a ela resultam. O espaço colonizado é lugar onde homens e casas amontoam-se, o desenho reverbera um povo faminto de pão, carne, sapatos, carvão e luz. Dentre suas características está ser acorçada, ajoelhada e acuada.

Paralelo a isso, Otávio Júnior [23] descreveu, a partir de sua vivência, uma cidade colonizada: “Quem mora ali no morro sabe que há medo, há angústia, há desespero. Mas também há um desejo enorme de superação. Superar a violência [...] superar a falta de perspectivas” (p. 06). Nesse sentido, a geografia territorial dos subordinados ao sistema colonizador revela suas necessidades diárias. Estas, no dia a dia, em um contexto pandêmico, se aglomeram, implicam nos índices de vida ou morte de famílias negras e indígenas.

Fanon [1] e Otávio Júnior [23] conversam em suas análises do sistema-mundo periférico e colonizado, pois são dois sujeitos alvo das políticas colonizadoras, que se entendem. Fanon, ao descrever a periferia como local de medo, angústia e desespero, e Otávio Júnior, jovem negro da metrópole carioca do Morro do Alemão, sem citá-lo, converge com este, destacando a periferia e suas similitudes com a “cidade colonizada” de Fanon – um local sem perspectiva. Ademais, não é por acaso que a Covid-19 é mais letal nas regiões de periferias

⁶ O primeiro teste positivo para o novo coronavírus no Brasil foi no dia 24/02/2020 em São Paulo, em um homem de 61 anos que acabava de chegar da Itália. Deu entrada no hospital Israelita Albert Einstein, um dos mais importantes do país. Pertinente verificar informação conforme anunciou em nota a instituição: IMPRENSA, sala de. Nota sobre o novo coronavírus. **Hospital Israelita Albert Einstein**. São Paulo, 2020. <https://www.einstein.br/sobre-einstein/sala-imprensa/press-release/nota-sobre-novo-coronavirus>. Acesso em: 14 de jul. de 2020.

brasileiras [24], inclusive no Alemão, lugar de vida de muitos negros, onde o registro de contaminados é maior, igualmente em outras favelas do Rio de Janeiro [25].

Mediante a conjectura das cidades colonizadas, negros e indígenas sofrem o descaso da negação dos prelúdios da teoria darwinista social. A inassistência é gerida de forma nítida, isto se funde ao evidenciado por Silveira [26] que atesta as características dessa teorização excludente: ser antidemocrática e aristocrática. Mediante a esse pressuposto Foucault [8] corrobora: “A eliminação do poder pelo suplício é, assim, substituída por métodos de assepsia: a criminologia, a eugenia, a exclusão dos “degenerados” (p. 82).

A eugenia, outrora tão utilizada por Hitler e pelo poder público brasileiro no século XX, também é uma peça dessa máquina de exclusão. A busca pela pureza da raça humana não foi sucumbida, mas sim tem conversado, devotamente, com a exclusão dos “degenerados”, compositores da faixa de letalidade: idosos, possuidores de doenças pré-existentes, negros e indígenas. Stepan [27] elucida sobre a eugenia no Brasil: “De um lado, a eugenia foi profundamente estruturada pela composição e preocupações raciais do país. Em um sentido bem fundamental, a eugenia referia-se à raça e ao aprimoramento racial, não à classe” (p. 355).

Racismo científico, darwinismo social e eugenia se interseccionam no sistema colonizador-moderno chamado capitalismo e na ideologia que prega o estado mínimo. Os presídios brasileiros podem ser considerados as novas senzalas, em que os “condenados” são produções da sociedade e alimentam o mercado das violências desumanizantes, aliciamentos e corrupções. São em sua grande maioria corpos negros usados e jogados à toda e qualquer sorte que têm restritos seus direitos enquanto humanos. Estes não são merecedores de vida ou proteção a ela, assim como os povos indígenas. O estado tem fortalecido o diálogo com uma morbidade de antiatuação, revelando isto dia após dia em seus discursos — “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?”⁷ [28].

Evidências dessa morbidade têm sido a incapacidade dos hospitais para o atendimento de milhares de pessoas ao mesmo tempo devido a superlotação das Unidades de Tratamento Intensiva (UTI). Está havendo critérios de priorização e, “para priorizar determinados perfis de pacientes no acesso aos leitos [...] para que os indivíduos passem pelos diferentes ciclos da vida”. Dessa maneira, a hierarquização de vidas é o reflexo da eugenia [29]. Conseqüentemente, quem garante que a população negra não sofrerá nesse processo de escolha, quiçá, baseado em pressuposto racista? O sentido da palavra está sendo aplicado na realidade, a separação dos

⁷ Palavras pronunciadas pelo atual chefe do executivo Jair Messias Bolsonaro em coletiva à imprensa: "Sou Messias, mas não faço milagres", acerca do recorde de mortes no mês de abril de 2020 no Brasil, para justificar os índices crescentes a níveis alarmantes.

“bem nascidos”, na limpeza racial e nos direcionamentos da permanência dos mais aptos da espécie humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerar um exposto, em seu sentido, traz a busca pela reflexão e pensamento. O que podemos considerar mediante aos fatos até aqui percorridos e reflexões suscitadas? A pandemia em seu sentido biológico corroborou para a visualização daquilo que necessitava ser situado – a ocorrente desmoralização da vida através da falta de assistência e ideologias extremistas que decorrem entre séculos de propagações do desmerecimento aos distintos do padrão racial branco. As mazelas do capitalismo em seus fundamentos individualistas e meritocráticos financiam a morte ou a vida de prisioneiros históricos nas “cidades colonizadas”.

Nesse contexto pandêmico, as pernas, o sustento desse chocante corpo nu do sistema capitalista neoliberal vigente, estremececeram ao ter tornado explícita sua dura realidade. Uma realidade de uma máquina como mantenedora de uma cidade “acorada” e “ajoelhada”, condenada pela miséria, pela fome e pelo próprio sistema, pautado no *laissez faire*, do “deixa passar”, deixa passar a vida, a economia é o pilar mais importante, vidas não importam, não é prioridade, para que fique explícito quem realmente importa, a elite.

Através das análises da pandemia no sentido de sua influência nos colonizados, tornou-se possível analisar o poder de seus engendramentos do macro para o micro, do Estado para as massas, em sua ação de possibilitar visualização do intelecto humano estruturado nos racismos por intermédio do racismo científico, onde a “cidade colonizada” ainda tem muita fome, fome de justiça, ética, moral e de humanidade. A banalização do genocídio das minorias políticas ocorre cruelmente com intermédio da biopolítica e necropolítica, e se caracterizam como darwinismo social e pura eugenia.

Ainda, apesar de o tempo presente estar marcando o avanço de uma luta antirracista histórica, o racismo científico continua com seus engendramentos e disseminações a partir de suas teorias e práticas, podendo ser compreendido como chave-mestra para o funcionamento da aparelhagem social, pelo qual pode ser contemplado hoje em suas diversas faces, na estrutura social, nas instituições, nas relações.

O fato é que os “condenados da terra” e a “cidade colonizada” dos escritos de Fanon são muito pertinentes para a compreensão do momento pandêmico atual. Esta realidade tem sido atributo político para defesa de ideologias, interesses particulares e confronto da ciência por uma parcela de cidadãos em pleno exercício de um neofascismo, através dos “homens

bombas” e seus corpos-armas na disseminação viral capaz de trazer à tona as fraquezas, ou reais diretrizes do sistema capitalista neoliberal.

O coronavírus, como visto, elucidou o adoecimento cultural-social no qual o Estado está inserido e é um grande agente regulador. O vírus democrático é um organismo assassino que em seus resultantes dados de óbito revela seu concorrente – o Estado. Este, ao exercer a biopolítica descrita por Foucault e a necropolítica descrita por Mbembe, regula a vida, revela descaso e implica em altos ou baixos índices de morte. Destarte, as ideologias políticas nas “cidades colonizadas” implicam demasiadamente no contexto de combate ao novo coronavírus.

Por fim, a biopolítica e a necropolítica são ferramentas de controle contra os colonizados com objetivos específicos de manutenção da sociedade e suas extratificações, também por meio do darwinismo social e da eugenia, fazendo objetificação dos corpos negros e indígenas, na defesa de que a catástrofe, que possivelmente poderia ter sido evitada, faz parte do “ciclo natural das coisas”.

REFERÊNCIAS

- [1] FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira S. A., 1968.
- [2] MBEMBE, Achille. **Necropolítica, biopoder, estado de exceção, política da morte**. Traduzido por Renata Santini. – São Paulo: n-1 edições, 2018.
- [3] FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2008.
- [4] MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 62, p. 20-31, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0020-38742015000300020&script=sci_arttext&tlng=pt . Acesso em 13 de nov. de 2019.
- [5] HOBBSBAWM. **A Era do Capital, 1848-1875**. 28ª ed. Rio de Janeiro /São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- [6] UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 07 de dez. de 2019.
- [7] OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. – Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

- [8] FOCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2ª edição, 2009.
- [9] LOWY, Michael. **Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil**. Tradução de Deni Alfaro Rubbo e Marcelo Netto Rodrigues. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.
- [10] SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- [11] MENEZES, Manuel. O ‘Darwinismo Social’ Perante a Questão da Assistência. **Revista Interações**, número 15. pp. 25-40. 2008.
- [12] DIWAN, Pétra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. 2. cd. 3a reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2015.
- [13] BORDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Tradução Lucy Magalhães. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- [14] DAVIS, Mike, *et al*: **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.
- [15] SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: EDIÇÕES ALMEDINA, S.A. 2020.
- [16] IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea; ONU Mulheres; Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. 4ª ed. Brasília: 2011.
- [17] AUGUSTO, Cristiane Brandão; SANTOS, Rogério Dultra do. **Pandemias e Pandemônios no Brasil**. Ilustrações: Rodolfo Carvalho. – 1. ed. - São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.
- [18] IBGE.. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101678>. Acesso em: 03 de jul. de 2020.
- [19] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017.
- [20] UNA-SUS. **Saúde da População Negra - Unidade 3: Enfrentamento do racismo institucional**. Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) - Brasília: 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/cursos/curso/45294>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.
- [21] APUBLICA. **Em duas semanas, número de negros mortos por coronavírus é cinco vezes maior no Brasil**. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/>. Acesso em: 16 de jul. de 2020.

- [22] KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. Companhia das Letras, 2020.
- [23] JÚNIOR, Otávio. **O livreiro do Alemão**. - São Paulo: Panda Books, 2011.
- [24] O GLOBO. **Covid-19 é mais letal em regiões de periferia no Brasil**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/covid-19-mais-letal-em-regioes-de-periferia-no-brasil-1-24407520>. Acesso em: 09 de jan. de 2020.
- [25] UOL. **Coronavírus. Favelas do Rio têm mais mortes por covid-19 do que 14 estados e o DF**. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/21/mortes-coronavirus-favelas-rio.htm?aff_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996. Acesso em: 15 de jul. de 2020.
- [26] SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: o papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. **Afro-Ásia**, núm. 23, pp. 87-144. Universidade Federal da Bahia. Bahia, Brasil, 1999.
- [27] STEPAN, NL. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 330-391. ISBN 978-85-7541-311- 1. Available from SciELO Books.
- [28] UOL. **"Sou Messias, mas não faço milagres", diz Bolsonaro sobre recorde de mortes**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/28/sou-messias-mas-nao-faco-milagres-diz-bolsonaro-sobre-recorde-de-mortes.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 14 de jul. de 2020.
- [29] CONJUR. STRECK, L. L; CATTONI, M; LIMA, M, B; SERRANO, P. E. **Eugenia à brasileira: inconstitucionalidade de normas hierárquicas de saúde**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jun-01/opiniao-covid-19-eugenia-brasileira>. Acesso em: 02 de jul. de 2020.